

Construção de identidades coletivas em favelas do Rio de Janeiro

Pedro Bogossian Porto*

Resumo:

A questão das identidades está em evidência atualmente, fato que tem provocado o surgimento de uma grande quantidade de iniciativas que operam com as memórias coletivas. Na cidade do Rio de Janeiro isso é especialmente evidenciado pela multiplicação de projetos voltados para o resgate e a construção da memória das favelas, que têm se tornado cada vez mais objeto de disputa de entidades que se afirmam como porta-vozes dessa população. Sendo assim, Estado, organizações não-governamentais, associações de moradores, entre outros, vêm investindo maciçamente na afirmação de uma memória coletiva e homogênea. Aqui discutiremos algumas dessas iniciativas, na tentativa de compreender suas motivações e perceber as estratégias utilizadas para chegar a seus objetivos.

Palavras-chave: Favela; Memória; Identidade

Abstract:

Identities as a subject are in evidence nowadays, fact which has stimulated the appearing of a great number of enterprises that work with collective memories. In the city of Rio de Janeiro this is particularly indicated by the propagation of projects which aim to rescue and to build the memory of slums, spaces that have been more and more disputed by institutions which proclaim themselves as “spokesmen” of this population. In such a manner, State, non-governmental organizations, residents’ associations, among others, have made investments on the statement of a homogeneous collective memory. In this paper will be analyzed some of those enterprises, trying to understand their motivations and to notice the strategies used to reach those goals.

Keywords: Slums; Memory; Identity

Este trabalho é parte do resultado da pesquisa que realizei como bolsista de iniciação científica no projeto “Direitos e Cidadania”, voltado para o estudo das organizações não-governamentais que atuam em favelas do Rio de Janeiro. O projeto objetivava mapear as iniciativas que trabalham com a memória das favelas, analisando seus objetivos, métodos, apoios etc.. A mim, particularmente, interessou o impacto, na construção de uma identidade local, desse trabalho realizado com a memória, bem como os efeitos proporcionados pela existência de uma identidade coletiva dentro de favelas. Passei a me questionar, então, como objetivamente os projetos de memória influenciavam na construção das identidades dos locais que estudávamos. Para tanto, fez-se necessário não somente mapear as iniciativas mas

* Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. Esse trabalho é um desdobramento da pesquisa realizada como bolsista de iniciação científica no projeto *Direitos e Cidadania*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

também conhecê-las o mais profundamente possível; a partir desse ponto, eu tentaria entender as motivações de cada iniciativa. Essa foi a segunda questão à qual me detive.

Logo no início, ainda no mapeamento das iniciativas, deparei-me com a primeira dificuldade: sua extrema heterogeneidade em forma, objetivos, grau de institucionalização, recursos financeiros, enfim. Isso me forçou a optar pelo estudo dos projetos mais estruturados institucionalmente, sobre os quais há mais material disponível para a pesquisa. Pelas mesmas razões, é basicamente a esses projetos que também aqui me dedicarei.

Conforme eu conhecia melhor as favelas que começava a estudar, fui percebendo que a memória não é o único e talvez nem mesmo o principal aspecto que participa da configuração de identidades: existe uma grande quantidade de outros elementos de suma importância nesse processo. Noções como as de território e de *habitus* mostraram-se indispensáveis para perceber com maior clareza a infinidade de símbolos que deveriam ser analisados para compreender a relação, em maior ou menor medida, entre a produção da memória e da identidade.

Considerando essa evolução da pesquisa, este texto está dividido em três partes: uma primeira em que apresento e analiso brevemente a participação dos projetos de memória na construção das identidades, fator que motivou o estudo; uma segunda em que tento perceber os limites dessa participação e observo os outros componentes das identidades; e uma terceira em que procuro entender as motivações dos grupos envolvidos na construção dessas identidades.

I – Favelas como espaços produtores de cultura

Trabalhar com os projetos de memória é extremamente interessante e rico. Minha primeira grande surpresa foi a quantidade de material produzido nas e para as favelas voltado diretamente à produção de uma memória local. A preocupação com a memória, cada vez mais relevante dentro do meio acadêmico, ganha também nas favelas uma força surpreendente, concretizando-se em projetos bastante diversificados. Apesar da grande quantidade de formas desses projetos, porém, podemos perceber alguns temas recorrentes, dentre os quais eu destacaria três: a valorização de uma cultura própria, das trajetórias individuais de alguns moradores (seja por histórias de vida excepcionais, seja porque sua história expressa a história da própria coletividade, confundindo-se com as dos demais moradores) e do histórico de lutas e resistências nas quais as favelas estão envolvidas.

A produção cultural das favelas efetivamente é um tema explorado a fundo pelos projetos de memória, que destacam manifestações reconhecidas por toda a sociedade e que teriam se originado nos “morros” do Rio de Janeiro. Alguns exemplos desse trabalho são o Centro de Memória do Jongo da Serrinha, que pretende preservar a história local e o patrimônio cultural constituído pelo Jongo; e o Centro Cultural Cartola, construído na Mangueira voltado para a preservação da memória do sambista, um dos mais consagrados da música brasileira. Ao lado dessas iniciativas de grande porte, há uma série de trabalhos mais localizados, como é o caso do registro das histórias de moradores da Maré, promovido pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e que acabou se tornando um livro de contos.

A valorização de um grande personagem, como é o caso do sambista Cartola, pode ser interpretada também como um outro aspecto recorrente nos projetos de memória: o de um exemplo a ser seguidos pelos demais moradores. De fato, Cartola é um ícone para a música brasileira, sendo reconhecido muito além dos limites da Mangueira, mas há outras personalidades consagradas pelos projetos de memória em virtude de suas trajetórias consideradas exemplares. Nesse grupo entram moradores de destaque por sua atuação política, lideranças, moradoras que se tornaram *Miss*, ou simplesmente moradores antigos que tenham algo para contar sobre a história de sua favela.

O terceiro elemento sempre presente nos projetos de memória é a referência a personalidades que, engajadas, lutam ou lutaram pela sobrevivência do espaço que existe hoje. Um caso emblemático de resistência é o de Dona Orosina Vieira, considerada a primeira moradora da Maré e que teria escrito ao então presidente Getúlio Vargas para evitar a remoção da favela, que começava a se constituir dentro de uma propriedade pertencente ao exército brasileiro. De acordo com os relatos reproduzidos no Museu da Maré, o presidente da República teria respondido a carta de Dona Orosina, garantindo-lhe a permanência da comunidade. O caso de Dona Orosina caminha ao lado dos relatos das lutas por melhorias nas favelas, como as lutas pela água, pela luz, por asfaltamento etc., que são apropriados pelos projetos de memória como exemplos para as gerações mais jovens do quanto se fez e do quanto se lutou para que aquela favela existisse.

Em linhas gerais, a defesa das favelas como produtoras de cultura é uma forma intencional ou não de lhe garantir a sobrevivência: a valorização de uma cultura local pretende demonstrar a importância desse espaço e desenvolver a auto-estima de seus moradores; o registro e a divulgação de trajetórias individuais pretendem, igualmente, atuar na auto-estima dos moradores ao mesmo tempo em que mostram outros caminhos para o

reconhecimento e sucesso profissional além daqueles que, dentro de uma determinada ótica, seriam naturais para os jovens das favelas; por fim, a referência às lutas vividas pela favela e às vitórias por ela conquistada são uma forma de incentivar novas lutas e novas conquistas, como é freqüentemente explicitado pelas entidades que realizam ou que apóiam os projetos de memória.

II – Outros componentes identitários

Embora o trabalho com a memória seja essencial em qualquer projeto que opere com as identidades em favelas, esse não é o único aspecto que as define: há uma série de outros componentes das identidades nesses espaços. Marcos Alvito afirma, em seu trabalho sobre Acari, que aquilo que considerávamos “a favela de Acari” não existe para os moradores (Alvito, 2001: 22); trata-se na verdade de uma multiplicidade de espaços distintos, que possuem portanto identidades próprias. Se essa é uma realidade em Acari, o caso da Maré, da Mangueira, da Rocinha e de tantas outras não é diferente. Quando se aproxima o olhar das favelas, mesmo daquelas de menores dimensões, evidenciam-se a heterogeneidade desses espaços e a existência de divisões e fronteiras internas que até então eram imperceptíveis. Alvito identifica quatro áreas, ou localidades, compondo a “favela de Acari”; na Mangueira podemos identificar também quatro áreas distintas; aquilo que se considera a favela da Maré, que oficialmente foi tornada um bairro, é um conjunto de dezesseis favelas, apenas para citar alguns exemplos.

Na Maré, a existência de fronteiras entre as dezesseis favelas e de grupos que se afirmam em função dessas fronteiras é nitidamente percebida, entre outras razões pelo fato de que se observa no “complexo” o domínio de diferentes grupos criminosos (Milícias, Comando Vermelho, Terceiro Comando etc.). Por essa razão, não é raro que os grupos sejam associados ao grupo que domina a área em que habitam. Certa vez, enquanto eu fazia trabalho de campo na Maré, uma moradora narrou um acontecimento que ilustra esse aspecto: mostrava-me na ocasião o jornal O Cidadão, que lhe dedicara uma reportagem, a qual ela exibia orgulhosa.

“Só tem um problema – ela me contava – é que colocaram informações erradas sobre mim. Eles copiaram a ficha de outro morador, então está registrado aí que eu tenho 71 anos, sou aposentada e moro no [Morro do] Timbau. Aí o povo começou a encarnar: ‘você tem 71 anos, é? está bem conservada, hein?!’, ‘me dá a receita!’, ‘bebeu formol?’ É claro que eu pedi uma errata urgentemente. Imagina só: eu, com 71 anos e aposentada!”

Até então, o tom era de brincadeira e ela ria muito enquanto contava, mas a partir desse ponto ela interrompeu o ar jocoso do relato e assumiu um tom mais grave para explicar

a necessidade de uma errata à matéria publicada: “o problema mesmo é que eu tenho um filho que estuda na escola e os colegas começaram a chamar ele de alemão¹, porque a gente mora na Nova Holanda e estava escrito lá que a gente mora no Morro do Timbau.” Acontece que a Nova Holanda era na ocasião dominada por um determinado grupo do tráfico de drogas e o Morro do Timbau por um grupo rival, logo, o fato de ser considerada moradora dessa localidade, em meio a tantos moradores daquela localidade, constituía uma ameaça para a criança na escola.

O controle das regiões da Maré por grupos diferentes materializa as fronteiras, gerando limites bastante concretos. É relativamente bem-conhecido o fato de que um morador de uma área dominada por um “comando” não é bem-vindo em uma área dominada por um grupo rival - a idéia de território pode ser aqui percebida em seu sentido mais estrito, isto é, de espaço controlado por um determinado grupo de pessoas.

A possível restrição à liberdade de circulação nos espaços não é a única norma à qual os moradores estão submetidos, já que mesmo a linguagem pode ser uma forma de identificação dos grupos. Membros do Comando Vermelho, por exemplo, podem exigir que não se fale em seus “territórios” o número *três*, que pode ser considerado um código associado ao grupo adversário, o Terceiro Comando; do mesmo modo, moradores de áreas dominadas pelo Terceiro Comando, mesmo quando estão fora das favelas, raramente utilizam o pronome *nós*, excessivamente associado ao Comando Vermelho, entre outras razões devido à consagração da expressão “é *nós*”. Evidentemente as restrições de uso de certas palavras e expressões não é algo absoluto; há muitos “chefes” desses grupos que ignoram e não repreendem a utilização de termos “proibidos”. De todo modo, é interessante observar o aspecto lingüístico, mesmo porque a relação entre linguagem e território é um dos elementos mais relevantes para os estudos antropológicos quando se pretende estabelecer os limites de grupos étnicos não-urbanos.

Não se deve supor que a questão das identidades das favelas está exclusivamente relacionada aos grupos criminosos que ali atuam; ela é não só mais diversificada como também mais antiga do que tais grupos. Na Rocinha, por exemplo, a diferença se dá entre os moradores da área “de cima” e os moradores da área “de baixo”. O problema é que, dispondo de mais serviços públicos e recursos do que seus vizinhos “de cima”, os moradores “de baixo” são considerados arrogantes e muitos moradores “de cima” evitam manter o contato. Esse é o

¹ Na linguagem local, o termo “alemão” se refere às pessoas que atuam ou fazem parte de uma área dominada por um comando rival; o *alemão* não deixa de ser um estrangeiro, à medida em que ele não compartilha da identidade do meio em que está.

caso de Dona Elízia, entrevistada durante a pesquisa “Um estudo dos efeitos das ações de organizações governamentais e não governamentais em comunidades de baixa renda”: “lá [embaixo] é tudo mais caro, mas as pessoas são mais metidas, tem mais pessoas com maior poder aquisitivo em ruas principais, mas tem muito mais miséria; se não fosse o Banco, eu nem iria lá”. Exatamente por essa suposta arrogância dos moradores da parte baixa, ela afirma ter desprezo por essa localidade: “Deus me livre da Rocinha de baixo, odeio, odeio. Aqui em cima tem sacolão, tem supermercado, é onde estão o correio, o posto de saúde, a escola de samba, as melhores escolas, a Cedae, a Região Administrativa, isso aqui é a capital da Rocinha.”²

A linguagem, os territórios e as fronteiras definidas por critérios econômicos são apenas algumas das formas como as pessoas têm se agrupado e dividido o espaço dentro das favelas. Junto a elas poderíamos acrescentar inúmeras outras, tais como padrões de comportamento, tipo de moradia e até mesmo identificação maior com tal ou qual time de futebol. Assim, enquanto por um lado os centros de memória representam um papel unificador, buscando agremiar o maior número possível de indivíduos dentro de um mesmo grupo, por outro existe uma infinidade de identidades de menor amplitude, calcadas em outros parâmetros.

Considerando que as identidades são sempre relativas (Barth, 2000), pode-se dizer que ao assumir essas identidades de menor escala, um grupo de moradores está assumindo uma diferenciação em relação a um outro grupo, de quem quer se distinguir, colocando em evidência, por conseguinte, as disputas nas quais esses grupos estão envolvidos. Ao assumir o papel de porta-voz da Maré, o CEASM visa fortalecer-se e aumentar seu poder de negociação, seja em relação ao Estado ou a órgãos não-governamentais, seja em relação a órgãos estrangeiros. Quando, no sentido oposto, moradores da Rocinha buscam se diferenciar uns dos outros, está implícita a tentativa de demonstrar as desigualdades internas, que originam de um lado um grupo considerado arrogante e de outro um grupo classificado como invejoso.

III – Motivações dos projetos de memória

Primeiramente é preciso destacar a dificuldade de identificar em breves linhas os fatores que impulsionaram as entidades envolvidas nos projetos de memória, sobretudo considerando o risco de cairmos em determinismos de qualquer espécie. O grande desafio, pois, é fazer uma análise que consiga, ainda que minimamente, estabelecer relações entre os

² Depoimento de Francisca Elízia de Medeiros Pirozi, coletado em 13 de julho de 2000.

diferentes aspectos que levaram ao surgimento de tais iniciativas, tarefa que tentaremos desempenhar dentro de uma perspectiva histórica mas também sociológica, antropológica, geográfica, enfim.

Algumas dessas motivações foram apontadas pelos próprios agentes dos projetos analisados: a criação de uma identidade local, a valorização do espaço em que habitam, o exemplo de trajetórias de sucesso e que levam até mesmo ao reconhecimento social, o incentivo à união e às lutas em prol do desenvolvimento da favela, enfim. Todas essas motivações partem de uma mesma batalha pela afirmação e pela permanência desses espaços, batalha que é, bem como as entidades que a empreendem, espacial e temporalmente datada.

A batalha pela melhoria da qualidade de vida das favelas tem como pré-requisito a auto-afirmação dos indivíduos como moradores desses espaços, ou seja: a identificação entre as pessoas e o ambiente em que ocupam. Por essa razão, faz-se necessário valorizar a auto-estima dos moradores, de modo que eles deixem de usar como referencial identitário o bairro em que sua favela se situa (Botafogo, para os moradores da favela Santa Marta; São Conrado, para os moradores da Rocinha; Tijuca, para os moradores do Boréu, Casa Branca e Formiga etc.) e utilizem como referencial a própria favela.

Essa batalha, que já vinha sendo posta em prática pelas associações de moradores nos anos 1960 e 1970, ganha força com a redemocratização, quando volta a ser politicamente legítima a luta pelos direitos sociais (Grynszpan & Pandolfi, 2006). As associações de moradores e as favelas como um todo ganharam então novo fôlego e maior poder de barganha no mundo político, pois concentravam uma grande quantidade de cidadãos (muitos deles recém-incorporados ao universo eleitoral) que haviam sido durante muito tempo alijados socialmente e por quem o governo tinha, portanto, uma espécie de dívida social. Muitos políticos passaram a ter ali, a partir de então, grande parte de sua base eleitoral e alguns outros, oriundos das favelas, passaram a se lançar candidatos e até mesmo a trabalhar em governos das esferas municipal e estadual.

Paralelamente, ocorreram, por um lado, a disseminação de um grande número de organizações da sociedade civil e, por outro, a entrada de um volume considerável de capital estrangeiro, ambos com investimentos voltados para a área social. Essa reconfiguração dos agentes ligados às favelas exigiu uma reorganização dessas áreas, que se apresentavam como o espaço “carente” por natureza – não é sem motivo que a partir de então elas começaram a ser apresentadas como “comunidades carentes”.

Compõe também esse quadro a nova relação que em grande parte do mundo ocidental a sociedade passa a ter com o Estado, que se distancia cada vez mais do modelo de

Estado protetor e tenta caminhar rumo ao modelo de Estado invisível. Essa marcha, considerada por Bauman (2001) “a liquefação das instituições modernas”, dá origem a uma infinidade de indivíduos “órfãos”, cujo referencial identitário está se tornando fluido e que necessita urgentemente de bases para forjar uma nova identidade, fundada em uma outra memória além daquela memória oficial fornecida pelo Estado e que é exatamente seu principal fundamento.

Destarte, o surgimento dos projetos de memória em favelas e o seu desdobramento em identidades locais e micro-locais devem ser percebidos dentro de um contexto amplo (internacional) de corrosão dos Estados da era moderna e de necessidade de buscar outras referências, inclusive históricas, para ocupar o vazio deixado pelo Estado. A isso se acrescente o momento histórico vivido pela sociedade brasileira, marcado pela ampliação da participação política e pela retomada de uma agenda social como exigência do novo regime de governo. Por fim, no âmbito social, esse é o momento em que as camadas historicamente excluídas assumiram o papel de cobrar sua aceitação como integrante da sociedade, em parte apropriando-se do discurso de aceitação da diferença e da hegemonia das idéias multiculturalistas: identificam-se então como favelados, trabalhadores e detentores de uma cultura consumida até mesmo nas camadas mais abastadas da sociedade.

Podemos concluir que a proliferação de projetos de memórias nas favelas e conseqüentemente a afirmação de novas identidades é, portanto, uma forma de os grupos que ocupam esses espaços reivindicarem sua inclusão dentro de um novo cenário político-social. Não é no final do século XX que os moradores das favelas começam a se constituir como um grupo diferenciado e tampouco é ali que eles passam a produzir uma cultura que seja socialmente valorizada, mas é a partir desse momento que o fato de possuírem um patrimônio artístico e cultural se torna moeda de troca política e proporciona novas conquistas. Nesse sentido, é apenas uma das muitas decorrências – material e mais facilmente percebida – o apoio recebido por tais projetos de grandes empresas, como Petrobrás e Vale do Rio Doce, e de órgãos públicos, como o Ministério da Cultura.

Bibliografia:

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa, Edições 70, 2005.
- ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 340 p.
- BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras". In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. pp. 25-67.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 105 p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.
_____. "Ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 277 p.
- GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. 364 p.
_____. "Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória". Rio de Janeiro, 2006. (mimeo)
- HABERMAS, Jürgen. *A invenção do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff, 2002.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1985. 1736 p.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.
_____. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204 p.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. 372 p.